

EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES - PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

Pregão Eletrônico Nº 029/2017 Licitações Exclusiva para ME/EPP

KISLLEY LOUREIRO DE ARAUJO - ME inscrita na Receita Federal do Brasil sob CNPJ. 17.953.939/0001-73, devidamente habilitada e qualificada nos autos, por intermédio de sua representante legal. *Sra. Kislley Loureiro de Araujo*, portador do CPF 052.496.264-24 e do RG 2001001044138/SSP/AL, vem com o devido respeito e acatamento, perante a honrosa presença de Vossa Excelência, exercendo seu direito de petição, assegurado na alínea "a", XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, vem, tempestivamente perante V. Sa., com fulcro no art. 109, Inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, apresentar CONTRARRAZÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO do recurso apresentado pela empresa JOSE CARLOS ROCHA – ME perante a distinta administração.

## PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, sobre o direito constitucional de petição para o respeitável julgamento das contrarrazões interposto recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos, permita-se transcrever ensinamento do professor José Afonso da Silva, em sua obra "Direito Constitucional Positivo", ed. 1.989, pág. 382:



"É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação".

Assim, requer a recorrente, em primeiro plano, que as contrarrazões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, *que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.* 

DIREITO PLENO AS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

A contrarrazoante faz constar em seu pleno direito as Contrarrazões ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação. A contrarrazoante solicita que a Ilustre Sra. Pregoeira e esta doutra comissão de licitação do PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS EM SEU DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES, conheça o RECURSO e analise todos os fatos apontados, tomando para si responsabilidade do julgamento.

**DOS FATOS** 

A recorrente **JOSE CARLOS ROCHA - ME** apresentou recurso na data de **23/08/2017**, porém ele deveria ter impetrado o recurso no prazo de 02 (duas) horas através do portal LICITAÇÕES-E DA PAGINA ELETRÔNICA DO BANCO DO BRASIL, escolhendo a opção na aba de selecionamento RECURSO e também demonstraria em vermelho que seu recurso teria sido enviado conforme indicado no subitem 11.4 do edital que diz o seguinte:

11.4 Declarado o(s) vencedor(s) neste procedimento licitatório, cabe recurso, a ser interposto no prazo de 02 (duas) horas, conforme determinação do (a) pregoeiro (a), durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3



(três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme art. 8°, inciso XIX do Anexo II do Dec. Estadual n° 1.424/2003, c/c o art. 4°, inciso XVIII, da Lei n° 10.520/2002, procedimentos estes realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios. (Negrito nosso)

Os licitantes tiveram suas propostas classificadas e declaradas como vencedoras conforme informação postada no portal licitação-e no dia 18/08/2017.

Considerando que a empresa JOSE CARLOS ROCHA – ME, através do CHAT manifestou interesse na interposição do recurso, porém, conforme edital no subitem 11.4 o mesmo deveria ter indicado a intenção em forma de RECURSO nas formas contidas no portal licitação-e que se encontra em vermelho em campo próprio do sistema.

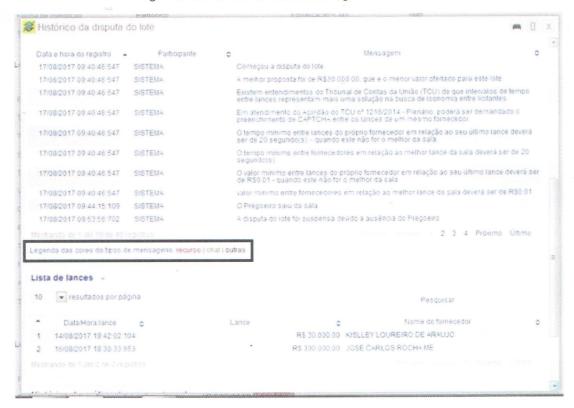
Considerando que o subitem 11.4 do edital diz que sua manifestação tem que ser de forma imediata e motivada, ou seja, quais os motivos que o leva a intenção de interposição de recurso, devendo para isto a sua intenção do recurso ser por campo próprio no sistema. No sistema no site do Licitações-e existe uma aba com o nome Opções e dentro destas opções durante 24 horas fica a opção ENTRAR COM RECURSO, porem deve ser respeitado o prazo do Edital no subitem 11.4, ao qual, deve ter o prazo de 02 (duas) horas para recurso. Para que venhamos entender de forma clara e objetiva que JOSÉ CARLOS ROCHA-ME, não manifestou recurso de forma correta em campo próprio do sistema, conforme subitem 11.4 do edital. Segue os prints abaixo destacado no seu rodapé.



### Edital.

11.4 Declarado o(s) vencedor(s) neste procedimento licitatório, cabe recurso, a ser interposto no prazo de 02 (duas) horas, conforme determinação do (a) pregoeiro (a), durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme art. 8º, inciso XIX do Anexo II do Dec. Estadual nº 1.424/2003, c/c o art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, procedimentos estes realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

# A legenda das cores identifica o dialogo.





Lote 01 - Diálogo em forma de chat representada pela cor verde.

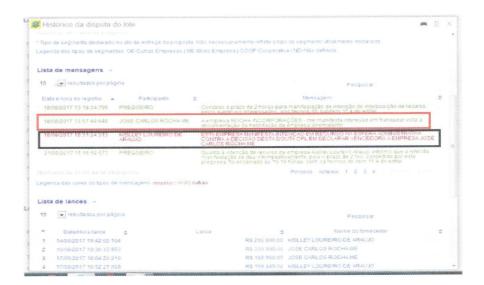


Lote 02 - Diálogo pelo chat





Lote 03. Existe um pedido de recurso feito pela empresa KISLLEY LOUREIRO DE ARAÚJO, de forma correta, em campo próprio do sistema. Porém, fora do limite de 02 (duas) horas do Edital. Entende-se que todo pedido de recurso feito no campo próprio do sistema, as Letras ou legendas estarão representadas pela Cor Vermelho.

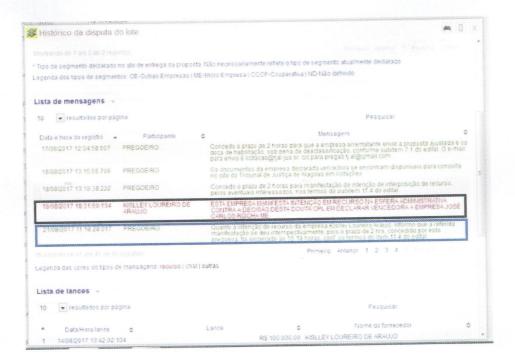


Lote 04 - Diálogo feito pelo chat.

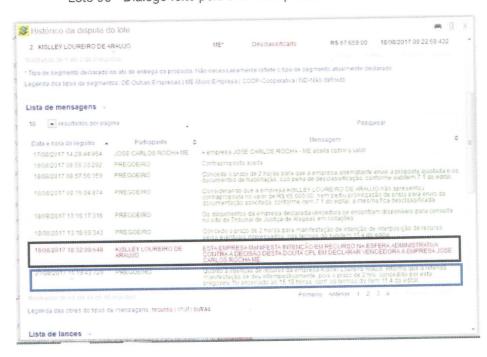




Lote 05 - Diálogo feito pelo chat com pedido de recurso.



Lote 06 - Diálogo feito pelo chat com pedido de recurso.





Lote 07 - Diálogo feito pelo chat com pedido de recurso.



Contudo conforme imagens pode-se perceber que não existe pedido de recurso, feita de forma legal, em campo próprio do sistema no Site Licitações-e do Banco do Brasil. Nos Lotes 1, 2 e 4. Lotes arrematados pela empresa KISLLEY LOUREIRO DE ARAUJO – ME.

Portanto, pede-se a douta Comissão de Licitação não reconhecer o recurso movido pela empresa JOSÉ CARLOS ROCHA – ME e a torne inabilitada, por não atender o requisito no subitem 11.4 do edital.

Amparadas nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão de aceitar o recurso da empresa JOSÉ CARLOS ROCHA - ME, onde não foi manifestado por meio do site LICITAÇÕES - E, de modo correto.



#### DO DIREITO

Dentre os vários princípios que norteiam o procedimento licitatório, destaca-se o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, que é desdobramento do **princípio da isonomia**.

Significa que o Edital, com todas as suas cláusulas editalícias deve ser *rigorosamente* observadas tanto pelos licitantes como pela Administração promotora do certame, sendo absolutamente vedado, no decorrer do procedimento, alterar ou desatender qualquer das prescrições por ela mesma estabelecidas no edital.

Neste sentido averba Hely Lopes Meirelles, "in" Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros, 11ª ed., pág. 31:

"... que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. (...)

Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e a forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (...)

A documentação não pode conter menos do que foi solicitado, e as propostas não podem ofertar nem mais nem menos que o pedido ou permitido pelo edital."

Além disso, a própria Lei nº 8.666/93, determina no art. 3º:

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade,



CNPJ: 17.953.939/0001-73

da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos." (grifamos)

## DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer digne-se V. Excia conhecer do presente contrarrazões do **RECURSO**, atribuindo-lhe efeito suspensivo nos termos do Artigo 109, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, dando-lhe provimento por suas próprias fundamentações, para que seja dado o direito de preferência na contratação nos termos do subitem 11.4 do presente edital, portanto com a convocação da ora recorrente para exercer seu direito a contratação, como medida que atende os objetivos da Administração Pública.

Termos em que,
Pede-se deferimento.

Rosana - SP, 25 de agosto de 2017.

KISLLEY LOUREIRO DE ARAUJO KISLLEY LOUREIRO DE ARAUJO – ME

17.953.939/0001-73

Eagle Business